
DISSIDÊNCIAS E INSURGÊNCIAS¹ NAS TRAJETÓRIAS ESCOLARES DO PÚBLICO LGBT+

Ramon Roberto de Jesus Barroso²
Rafael Ribeiro Cabral³

Resumo: O objetivo central desse estudo é analisar as trajetórias escolares de pessoas que se autodeclararam pertencentes à comunidade LGBT+, partindo de seus depoimentos que resultaram no vídeo “Trajetória de pessoas LGBTs, do ensino básico à universidade”, apresentado como resultado final da disciplina “Fundamentos da expressão e comunicação artística” no Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará. Participaram como interlocutores do estudo, uma mulher lésbica, um homem gay e uma mulher trans ambos discentes da Universidade do Estado do Pará, Campus XI, localizado na cidade de São Miguel do Guamá. Para embasamento teórico, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em Garcia, Abramovay e Silva (2004), Louro (2007), Junqueira (2009; 2010), Miskolci (2010), Gois e Soliva (2011), Prado e Ribeiro (2015) e Couto Junior, Oswald e Pocahy (2018). Como técnica para análise dos depoimentos, utilizou-se a análise de conteúdo que obteve como resultados iniciais, reflexões sobre violências de gênero e a invisibilidade sofrida em espaços educativos compartilhados no vídeo por estes sujeitos. As primeiras conclusões apontam que apesar das experiências discriminatórias vivenciadas durante toda a Educação Básica, essas pessoas ingressaram no nível superior, onde utilizam desse espaço para reafirmar suas identidades e como forma de militância em prol do público LGBT.

Palavras-chave: Trajetórias escolares; LGBT+; Ensino Básico; Ensino Superior.

DISSIDENCES AND INSURGENCES IN LGBT+ SCHOOL TRAJECTORIES

Abstract: The main objective of this study is to analyze the school trajectories of people who themselves to belong to the LGBT+ community, based on their testimonies that resulted in the vídeo “Trajectory of LGBT people, from Basic education to university, presented as the final result of the discipline “Fundamentals of artistic expression and communication” in Pedagogy Course at the University of the State of Pará. A lesbian woman, a gay man, and a trans woman, both students at the State University of Pará, Campus XI, located in the city of São Miguel do Guamá, participated as interlocutors of the documentary. For theoretical support, bibliographic research was carried out by Garcia, Abramovay and Silva (2004), Louro (2007), Junqueira (2009; 2010), Miskolci (2010), Gois and Soliva (2011), Prado and Ribeiro (2015) and Couto Junior, Oswald and Pocahy (2018). As a technique for analyzing the testimonies, content analysis was used, which obtained as initial results, reflections on gender violence, and the invisibility suffered in educational spaces shared in the documentary video by these subjects. The first conclusions point out that despite the discriminatory experiences lived throughout Basic Education, these people entered higher education, where they use this space to reaffirm their identities and as a form of militancy in favor of the LGBT public.

Keywords: School trajectories; LGBT+; Basic education; University education.

¹ Usamos o termo **dissidente** para designar os sujeitos cujas orientações sexuais e/ou identidade de gênero fogem do binarismo macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino, não se encaixando em um padrão heterossexual e/ou cisgênero. O termo **insurgente** refere-se às pessoas que se rebelam contra os padrões e normatizações impostos pela instituição escolar, quebrando paradigmas e desenhando outras maneiras de resistir às práticas homofóbicas promovidas pela escola.

² Mestrando em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Graduado em Pedagogia pela UEPA. E-mail: robertoramon787@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1091-5178>

³ Doutorando e Mestre em Artes pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Licenciado em Teatro pela UFPA. E-mail: rafarcabral@ufpa.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0366-7471>

1 INTRODUÇÃO

O estudo aborda as trajetórias escolares de pessoas que se autodeclararam pertencentes ao público LGBT+⁴ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros e demais orientações sexuais e/ou identidades de gênero), perpassando suas vivências e experiências educativas escolares. Tal proposta foi desenvolvida a partir da disciplina Formas de Expressão e Comunicação Artística (F.E.C.A), ministrada pelo Professor Msc. Rafael Ribeiro Cabral no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará (UEPA), campus de São Miguel do Guamá.

A proposta do docente consistia em apresentar um objeto simbólico e transformá-lo em arte, nos levando a refletir sobre quais objetos tinham uma carga simbólica em nossa vida e como eles exercem poder sobre nós. Ao mesmo tempo, sentimos a necessidade de disparar nossa criatividade para expressar o seu significado de forma artística.

O objeto simbólico escolhido foi uma pesquisa que havia realizado no início da graduação, tratava-se de uma análise das práticas homofóbicas que perpassam a vida de jovens estudantes LGBT+, isto me fez refletir sobre minhas vivências, proporcionando uma transformação atitudinal enquanto pessoa e futuro professor.

A linguagem escolhida para transformar esse objeto em uma produção artística foi uma apresentação audiovisual. A produção final mostrava a trajetória escolar de três sujeitos autodeclarados LGBT+, suas vivências no ensino básico até o momento em que eles adentram a universidade, com enfoque nas violações e privações de direitos no qual desenhou-se a história de vida de cada um/uma.

O vídeo contempla uma realidade social vivenciada na atualidade e que conseqüentemente é reproduzida no chão da escola, a homofobia⁵. Embora temas como a orientação sexual estivessem presentes em documentos educacionais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), desde o ano de 1997, onde está descrito a importância de inseri-lo como “[...] tema transversal nos currículos, isto é, discorre sobre o papel e a postura do educador e da escola, descrevendo, para tanto, as referências necessárias a melhor atuação educacional ao se tratar do assunto” (BRASIL, 2001, p. 73), é comum casos de preconceito e discriminação contra sujeitos LGBT+ nas instituições escolares de todo país.

De acordo com Abramovay (2015), no livro “Juventudes na escola: sentidos e buscas”, a homofobia é um dos principais tipos de preconceitos presentes nas escolas brasileiras.

⁴ Ressalta-se que há uma grande discussão para inclusão de outras letras na Sigla LGBT, no entanto, ainda não há consenso quanto esse debate, por isso, nesse texto utiliza-se o termo + para indicar a diversidade de orientações sexuais e/ou identidade de gênero existente em nossa sociedade.

⁵ Esse termo é compreendido como qualquer ato de hostilidade àqueles ou àquelas que supostamente sentem desejo ou têm relações sexuais com indivíduos de seu próprio sexo (BORRILLO, 2009). A homofobia caracterizar-se pelas atitudes negativas contra homens e mulheres que fogem da norma heterossexual ou adotam uma identidade de gênero diferente do padrão Cis. Para além do receio com gays e lésbicas, essas atitudes articulam uma forma de hostilidade a comportamentos desviantes dos papéis sociosexuais pré-estabelecidos (BORRILLO, 2009).

Homossexuais, transgêneros e travestis foram indicados como pessoas que não se queria ter como colega de classe por 19,3% dos alunos que fizeram parte da pesquisa, sendo os/as jovens do Ensino Médio os que mais rejeitam essas pessoas. A “Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015” (ABGLT, 2016), onde se abordou as experiências escolares de adolescentes e jovens LGBT+ demonstrou que 73% dos/as estudantes já sofreu agressão verbal por causa de sua orientação sexual, enquanto 68% dos/as entrevistados sofreu agressão decorrente da sua identidade/expressão de gênero. O levantamento demonstrou que a maioria dos/as estudantes considerou ineficaz a respostas dos profissionais das Escolas para impedir as agressões.

Junqueira (2009) pontua que situações de preconceito e discriminação nos espaços escolares têm sido comuns nas diversas práticas cotidianas do ambiente escolar, seja nas manifestações do currículo, nas práticas de atividades físicas ou nas atitudes de professoras, professores e alunos. Essas práticas firmam-se em pilares heteronormativos⁶ de vigilância dos corpos, que normaliza o padrão heterossexual e marginaliza os sujeitos que fogem dessa norma.

É necessário ressaltar entre conquistas e retrocessos, que nos últimos anos, mas precisamente a partir de 2014, o público LGBT+ perdeu espaços quanto a inserção dos debates sobre a diversidade sexual em documentos educacionais, isto ocorreu com a retirada das questões referentes ao gênero e sexualidade do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024), quando o tema foi alvo de intensos debates na sociedade civil e no Congresso Nacional, na maioria deles estigmatizados de *ideologia de gênero* e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de referência para a (re)formulação dos currículos escolares em todo país.

Destarte, o objetivo central de nosso estudo é analisar as trajetórias escolares de pessoas autodeclaradas pertencentes à comunidade LGBT+, suas vivências e experiências de acordo com as etapas da Educação Básica e suas perspectivas diante do Nível Superior, partindo de seus depoimentos que resultaram no vídeo “Trajetória de pessoas LGBT, do ensino básico à universidade”.

Compreende-se que é necessário analisar cada relato individualmente e em comparação, ao passo que percebemos como são diversas as violências sofridas por esse público no ambiente escolar, em decorrência de sua sexualidade e identidade de gênero e as consequências escolares e psicossociais que acarretam na vida do sujeito.

Para escrita desse estudo, inicialmente tecemos uma breve discussão sobre os que os teóricos discorrem acerca das trajetórias escolares do público LGBT+. Em seguida traçamos o nosso

⁶ A Heteronormatividade refere-se a um modelo social imposto onde apenas as relações entre pessoas do sexo oposto ou heterossexuais são tidos como legítimos, regulando e controlando a maneira como as pessoas se relacionam (MISKOLCI, 2009). Dessa maneira marginalizam-se por meios de diversas práticas as orientações sexuais e identidade de gênero que se diferenciam da heterossexualidade e da identidade cis.

percurso metodológico, para desta forma, produzirmos as análises e discussões sobre o vídeo e, por fim, elencamos as nossas considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As trajetórias escolares de LGBT+ são, na maioria das vezes, marcadas por experiências discriminatórias, práticas homofóbicas vivenciadas por esse público no meio social têm sido reproduzidas nas instituições escolares. Para Junqueira (2009), a escola tem se mostrado não apenas como aquela que transmite ou constrói conhecimento, mas também é uma instituição reprodutora de padrões sociais, perpetuando concepções, valores e clivagens, fabricando sujeitos, legitimando relações de poder, hierarquias e processos de acumulação.

Corpos que fogem da norma social construída historicamente, tendem a sofrer diversos tipos de punição por seu desvio, essa assertiva é constante na vida dos indivíduos que explicitam uma orientação sexual ou identidade de gênero diferente do padrão heterossexual e Cisgênero⁷. Louro (2007), destaca que as pessoas ainda têm uma concepção estereotipada de gênero, o que esconde a pluralidade existente em cada sujeito. Dessa forma, homens e mulheres que se afastam da forma masculina e feminina hegemônica são considerados diferentes, sendo colocados à margem da sociedade, sofrendo diversas práticas de discriminação ou subordinação nos diversos ambientes sociais.

Assim, pode-se afirmar que os valores construídos socialmente são impostos e reproduzidos pelas instituições escolares, como enfatizado por Castro, Abramovay e Silva (2004), que a partir de uma pesquisa realizada com alunos de ensino fundamental e médio, constatou que ¼ dos alunos indicam não desejar ter um colega com uma orientação sexual diferente do padrão heterossexual em sua turma.

Uma outra pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (FIPE) concluiu que as “principais vítimas de bullying e discriminação no ambiente escolar eram homossexuais, negros e pobres” (APRENDIZAGEM EM FOCO, 2016, p. 1). Os dados da pesquisa revelaram ainda que 41% dos alunos que sofriam algum tipo de discriminação eram homossexuais, e esses sujeitos normalmente tinham seu desempenho escolar afetado. O estudo aponta que se há preconceito contra alunos LGBT+, “é maior a probabilidade de no mesmo ambiente haver preconceito também contra negros, pobres, mulheres ou qualquer outra forma de discriminação estudada no levantamento” (APRENDIZAGEM EM FOCO, 2016, p. 2).

Castro, Abramovay e Silva (2004) pontuam que na escola existem várias formas de manifestação de violência que afetam os sujeitos que fogem dessa padronização heteronormativa.

⁷ Cisgênero é o sujeito que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu.

Destacando-se as agressões físicas, psicológicas e/ou verbais, que são geradas pela falta de debates sobre gênero e sexualidade na escola. Na maioria das vezes, as agressões são negligenciadas pelos professores, funcionários e pela gestão escolar, reduzindo os fatos à simples brincadeiras entre crianças e jovens.

Para Miskolci (2010), o silêncio adotado pela escola contribui com as normas regulatórias de gênero, essa prática escamoteada de uma suposta neutralidade em relação à diversidade sexual é uma maneira de invisibilizar os sujeitos LGBTQ+ reforçando práticas de homofobia, isso ocorre quando os “educadores adotam o silêncio diante da emergência de uma sexualidade diferente e, assim, tornam-se cúmplices da ridicularização e do insulto público de alguns estudantes”. (MISKOLCI, 2010, p. 18).

Nessa perspectiva do silêncio diante de práticas discriminatórias, os autores a seguir destacam que,

[...]Ao adotar o silêncio em resposta a qualquer tipo de situação de preconceito e discriminação em sala de aula, o professor reforça a exclusão social de determinados grupos de estudantes e, ao mesmo tempo, desconsidera o fato de que uma das funções atribuídas à sua profissão é a de mediar as relações sociais no espaço escolar (COUTO JUNIOR; OSWALD; POCAHY, 2018, p. 129).

A publicação da Revista *Aprendizagem em Foco* (2016), destaca que essa dificuldade em lidar com o “diferente” no ambiente escolar traz sérias consequências a todos/as os estudantes, prejudicando seu aprendizado e o bem-estar, marcando profundamente suas trajetórias pessoais e escolares. Para Junqueira (2009), as violências sofridas pelo público considerado “diferente”, embora causem efeito sobre todos os alunos, surte maiores consequências nas trajetórias educacionais e formativas de jovens que estão em processo de construção de sua identidade sexual e de gênero.

Nessa perspectiva,

O período escolar (Pré-escola, Ensino Fundamental e Médio) é marcado por fortes conflitos que, muitas vezes, resultam em sérios problemas psíquicos e sociais. É durante esse período que os jovens estão definindo sua sexualidade. Simultaneamente, estes jovens estão entrando em contato com imagens estereotipadas que transitam no ambiente escolar e se materializam através das chamadas “brincadeiras”, as quais atualizam preconceitos associados aos papéis e às diferentes orientações sexuais (GOIS; SOLIVA, 2011, p. 39-40).

Assim, a escola tem um papel fundamental na construção dos comportamentos de meninos e meninas, na medida em que ensina a estranhar aqueles que manifestam interesses sexuais dissidentes. Por meio das práticas cotidianas é ensinado as crianças e jovens o que é ser “normal”, conseqüentemente incitando a rejeição, menosprezo e invisibilização daqueles e daquelas que fogem a norma (MISKOLCI, 2010).

O período escolar configura-se como uma experiência torturante para os sujeitos que não se enquadram nos padrões de gênero e sexualidade baseados na heteronormatividade. No entanto, mesmo para aqueles sujeitos que conseguem passar por essas situações de violências, relatar casos protagonizados por outros sujeitos da comunidade acionam uma série de vivências estressoras e negativas que faz da escola em um espaço de difícil convivência (PRADO; RIBEIRO, 2015. p. 140).

3 METODOLOGIA

Este estudo foi elaborado de acordo com as determinações da pesquisa qualitativa. Para Minayo (2002), essa abordagem considera um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Portanto, a pesquisa qualitativa parte das subjetividades dos sujeitos, tendo como foco a compreensão dos fatos, das relações e dos processos sociais.

Inicialmente, para embasamento teórico realizou-se uma pesquisa bibliográfica, esse tipo de pesquisa “se realiza a partir do registro de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc” (SEVERINO, 2014, p. 122). Buscou-se compreender o que os teóricos discutem em relação ao tema de nosso estudo.

No segundo momento, tendo como base o material audiovisual (trajetórias de pessoas LGBT, do ensino básico à universidade), apresentado como resultado final na disciplina de Fundamentos da Expressão e Comunicação Artística, analisou-se o depoimento de cada entrevistado. Para essa análise, utilizou-se a *Análise de conteúdo*, tendo como unidade de registro as frases ou orações proferidas pelos interlocutores, utilizando uma função dessa técnica que “[...]diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado [...]” (MINAYO, 2002, p. 74).

Segundo Chizzotti (2001), a análise de conteúdo se aplica à textos escritos ou qualquer comunicação (oral, visual ou gestual), reduzida em texto ou documento, como é o caso de nosso material audiovisual. Dessa forma, “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2001, p. 98).

É importante ressaltar que o vídeo apresenta o relato espontâneo de três sujeitos que se autodeclararam pertencentes a sigla LGBT+, a primeira delas é uma mulher lésbica, o segundo é um homem gay e a terceira uma mulher trans, ambos são discentes de diferentes cursos de graduação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), no Campus XI, na cidade de São Miguel do Guamá. As

identidades de cada entrevistado, mantendo as questões éticas da pesquisa, estão resguardadas e preservadas, sendo indicadas pelos números 1, 2 e 3, conforme a ordem descrita acima.

As gravações foram realizadas em espaços da universidade conforme a disponibilidade de cada um, os relatos mostram de forma livre as vivências e experiências nas trajetórias escolares de nossos interlocutores, a partir do seguinte direcionamento: *Como foi sua trajetória escolar até esse dado momento da sua vida acadêmica?*

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES INICIAIS

Os sujeitos descrevem as etapas de sua vida escolar, destacando seus medos, anseios e resistência diante de um ambiente que não deveria, porém tende a ser hostil para com aqueles que fogem a norma, isto facilitou as análises e discussões conforme as etapas da Educação Básica e Ensino Superior. Nessa seção pontua-se os principais pontos de cada depoimento, no que tange as semelhanças e diferenças entre as trajetórias.

4.1 Sobre os anos iniciais do Ensino Fundamental

Sobre os anos iniciais do Ensino Fundamental, os interlocutores de nosso estudo destacam que:

Entrevista 1: Assim, como qualquer criança, a gente tem muito disso, de colocar apelidos para fazer chacotas e na escola não foi diferente comigo também, por ser um pouco mais masculina. Também a galera, às vezes soltava alguma coisa, mais nada que me afetou.

Entrevista 2: Apesar das dificuldades de eu ter sofrido as vezes, preconceito e não aceitação, inclusive dos meus pais, eu posso dizer que tive uma infância meio que saudável, se comparada a outras situações.

Entrevista 3: Eu lembro que na quarta série, um colega me chamou de “bixinha”, aquilo para mim foi um terror, acabou comigo. Eu fui para casa chorando. Cheguei em casa e contei para minha mãe o que tinha acontecido e minha mãe foi na escola, pediu licença para a professora, foi até a cadeira dele e pediu para ela não fazer aquilo, nunca mais.

(Relatos da pesquisa, 2018).

Destacamos nas entrevistas 1 e 2, que apesar da violência verbal sofrida durante a infância, além da não aceitação de suas identidades, as situações de discriminação não foram capazes de afetar de forma incisiva as trajetórias de nossos interlocutores, causando maiores danos psicossociais. O interlocutor 2 aponta um fato interessante quando discorre “*que teve uma infância meio que saudável, se comparada a outras situações*”. Em relação a essa experiência, ressaltamos que mesmo não sofrendo de forma velada situações de homofobia, o interlocutor tem consciência que isso acontece constantemente com outros indivíduos.

Nesse sentido,

Presenciar situações no qual o “outro” sofre constantes perseguições por não seguir a norma, também constitui em uma experiência que regula corpos homossexuais. Ver, ouvir ou apenas “saber” que algo aconteceu com determinado estudante devido à homossexualidade restringe as possibilidades de se reconhecer positivamente em uma “identidade estigmatizada” (PRADO, RIBEIRO, 2015, p.140).

A entrevista 3, revela a carga pejorativa e danosa que os apelidos causam aos alunos. Comentários vexatórios que buscam diminuir, depreciar e estigmatizar o outro, revelam visões de mundo e representações negativas. Nesse sentido, Gois e Soliva (2011, p. 41), enfatizam que “[...] uma das características marcantes desse tipo de violência é a capacidade que ela possui, pelo uso da palavra, de difundir visões de mundo, representações e sentimentos negativos que humilham e depreciam um dado indivíduo ao grupo social”.

Para Couto Junior, Oswald e Pocahy (2018, p. 130-131),

A imposição de normas e convenções culturais é realizada através de práticas de vigilância e incitação que se perpetuam através de discursos conservadores sintonizados com as normas regulatórias de gênero; discursos estes que buscam decifrar o outro através da referência da sexualidade.

Assim, desde os Anos Iniciais da Educação Básica, sujeitos LGBT+ conviveram com diversos estigmas, a partir de suas sexualidades desviantes, nota-se no relato da entrevistada 1 quando ela discorre que as crianças tinham a prática de apelidar o outro, afirmando que “[...] na escola não foi diferente comigo também, por ser um pouco mais masculina”. A entrevistada 3, reforça essa afirmativa ao relatar que “[...] na quarta série, um colega me chamou de “bixinha”, aquilo para mim foi um terror, acabou comigo”. Tais experiências são atravessadas pelos discursos que buscam regular a sexualidade e a identidade de gênero por meio da violência verbal.

4.2 Os anos finais do Ensino Fundamental

Nas trajetórias de nossos interlocutores nos Anos Finais do Ensino Fundamental, os depoimentos, revelam que as mesmas situações de agressão verbal comumente vivenciada na etapa anterior, são perpetuadas diante dessa nova fase. Isto fica notável em suas falas:

Entrevista 2: *Durante o Ensino Fundamental é, eu lembro, que eu sofria sim, as pessoas me apelidavam, as pessoas são taxadas como aquela questão estereotipada de garoto afeminado, do garoto que gosta de coisas de mulher, que gosta de se maquiar, porque eu sempre fui uma criança que não escondi esse meu lado.*

Entrevistada 3: *Durante todo o meu ensino fundamental eu passei ouvindo piadas, tipo o gayzinho, o veadinho, olha a frutinha, olha a florzinha [...].*

(Relatos da Pesquisa, 2018)

O terceiro depoimento, apresenta uma outra situação comumente vivenciada no cotidiano escolar, as brincadeiras e atividades físicas destinadas para meninos e meninas, onde cada gênero deve desempenhar um papel específico para mostrar o quão masculino ou feminino se é. A entrevistada revela que,

Entrevista 3: Eu lembro que a partir da quinta série, eu pedi para fazer educação física junto com as meninas, já que eu não me enquadrava no que era feito para os homens, não me sentia à vontade, já que na maioria das vezes só era futebol.

(Relatos da pesquisa, 2018)

Esse depoimento expõe que nas práticas esportivas das aulas de Educação Física é exigido uma postura masculina ou feminina diante de cada atividade. Para Miskolci (2010, p. 14), “ainda no presente, durante as atividades ou nas aulas de Educação Física, é possível ver a continuidade da fabricação escolar da diferença, e infelizmente por meio delas também a desigualdade entre os gêneros”. Dessa forma, na visão dos professores/as e alunos/as, atividades como futebol devem ser desempenhados pelos meninos, enquanto jogos como pular corda ou jogar queimada são de exclusividade feminina, essa afirmação é visível quando nossa interlocutora afirma que não se enquadrava no “*que era feito para os homens, não me sentia à vontade, já que na maioria das vezes só era futebol*”.

A situação destacada acima, não leva em conta a heterogeneidade sexual e de gênero que existe no espaço escolar, o que leva a classificação de brincadeiras e jogos distintos para meninas e meninos, conseqüentemente posturas e papéis a serem desempenhados por cada um/uma. O processo educativo tenta restringir qualquer possibilidade que fuja a esse papel, reforçando visões hegemônicas sobre o que é ser homem ou mulher (MISKOLCI, 2010).

Em relação a afirmativa acima, Junqueira (2010, p. 214), reflete,

Quantas vezes, na escola, presenciamos situações em que um aluno “muito delicado”, que parecia preferir brincar com as meninas, não jogava futebol e era alvo de brincadeiras, piadas, deboches e xingamentos por parte dos colegas? Quantas são as situações em que meninos se recusam a participar de brincadeiras consideradas femininas ou impedem a participação de meninas e meninos considerados “gays” em suas atividades recreativas “masculinas”.

Isso revela, fatos relacionados as construções de gênero nos ambientes escolares, onde brincadeiras e atividades são desenvolvidas de acordo com os conceitos padronizados do que é ser masculino ou feminino, fazendo com que seja difícil expressar gostos fora desse padrão. No trecho da entrevista 2, o interlocutor reforça esse fato ao afirmar que “*sofria sim, as pessoas me apelidavam, as pessoas são taxadas como aquela questão estereotipada de garoto afeminado, do garoto que gosta de coisas de mulher [...]*”. Essas práticas reforçam os estereótipos, fazendo com

que se acredite “[...] que meninos são masculinos porque “naturalmente” têm gestos brutos e mais agressivos, enquanto meninas seriam femininas “por natureza” delicadas e quietas” (MISKOLCI, 2010, p. 15).

Nesse sentido, Miskolci (2010), toma como exemplo, um rapaz com atitudes que denotem interesses pelos indivíduos do mesmo sexo é facilmente qualificado como o diferente, fazendo com que este experiencie práticas discriminatórias, reforçadas pela escola por meio da invisibilização e rejeição daqueles que vivem masculinidades ou feminilidades de forma dissidentes.

Prado e Ribeiro (2015), destacam também que a invisibilidade da violência sofrida por jovens LGBT+ nos espaços escolares legitimam a norma heterossexual na qual a instituição escolar foi construída. Em muitos casos a violência sofrida por esses sujeitos é imposta como culpa da vítima, haja visto que este é considerado diferente e precisa ser punido pelo seu desvio.

4.3 A (re)afirmação da identidade LGBT+ no Ensino Médio

Percebe-se nessa etapa da Educação básica, diante da análise dos depoimentos, uma fase um tanto quanto tranquila para nossos interlocutores, seja pela mudança atitudinal dos colegas de turma ou pelo fato das pessoas mais velhas demonstrarem maior respeito pela identidade de cada um, conforme cita a entrevistada 3.

De acordo com os relatos:

Entrevista 2: No ensino médio, eu sentia muita diferença, não sei se as mentalidades foram mudando ao longo do tempo, já não sofria essa..., tanto essa questão de apelidos ou de falarem para mim palavras pejorativas [...]

Entrevista 3: Eu comecei a estudar a noite [...] com pessoas de mais idade, com pessoas mais respeitadas e foi uma experiência única e justamente essas pessoas começaram a me levar para o âmbito familiar e eu vi isso como uma conquista.

(Relatos da pesquisa, 2018)

No entanto, essa fase tende a ser uma das mais conturbadas nas trajetórias de sujeitos LGBT+. Prado e Ribeiro (2015), enfatizam que os sujeitos entrevistados em sua pesquisa, alunos do Ensino Médio, revelam como as relações estabelecidas entre homossexuais e escola são permeadas por sentimentos de medo, angústia, desconfiança e solidão, pois, quando vítimas da homofobia, por exemplo, não contam com o apoio da comunidade escolar.

O estudo de Abramovay (2015) indicou que grande parte dos alunos pesquisados aponta como as pessoas que não se queria ter como colega de classe, homossexuais, transexuais, transgêneros e travestis. Essa rejeição é maior entre os jovens do Ensino Médio. Nesse sentido, enquanto 31,3% dos rapazes diziam não querer ter como colegas de classe pessoas LGBT+, baixa para 8% a proporção de meninas que assim se expressam. Essa porcentagem talvez se aplique ao contexto da entrevista 3, quando ela diz que começou a estudar com pessoas mais respeitosa. Ao

afirmar isto, nossa interlocutora se referia ao fato da grande maioria de sua turma era composta por mulheres.

Nessa etapa os interlocutores apontam uma diminuição das práticas de homofobia. De acordo com o entrevistado 2, ele “[...] já não sofria essa..., tanto essa questão de apelidos ou de falarem para mim palavras pejorativas”, apontando que os apelidos e xingamentos dificilmente aconteciam no período citado. A entrevistada 3 aponta pequenas conquistas nessa etapa de sua vida escolar. Em um trecho ela afirma que “[...] essas pessoas começaram a me levar para o âmbito familiar e eu vi isso como uma conquista”, se referindo as colegas de turma que começaram a incluí-la em suas atividades escolares, levando a convivência fora dos muros da escola.

Nesse sentido, é necessário ter cautela ao analisar essa etapa da vida escolar de nossos interlocutores, para não se tomar conclusões precipitadas. A priori, o Ensino médio não trouxe lembranças danosas para os entrevistados ao passo que estes conseguiram se afirmar enquanto sujeitos LGBT+ e vivenciar suas identidades de forma mais tranquila.

4.4 As primeiras vivências na universidade

Embora nossos interlocutores, na maioria das vezes, nos falem de uma vivência conturbada durante o ensino básico, tais fatos serviram com uma mola propulsora para que adentrassem aos espaços do Ensino Superior. Os relatos a seguir nos revelam o início de suas vidas acadêmicas:

Entrevista 1: Na universidade a gente acaba vendo as coisas diferentes, usando a universidade com manobra de autoaceitação.

Entrevista 2: Quando eu passei na universidade, [...] eu confesso que fiquei com medo de alguma forma as pessoas aqui serem preconceituosas, [...] eu não conhecia esse universo da universidade [...] fiquei meio receoso por sofrer algum tipo de preconceito, relacionado a minha sexualidade.

(Relatos da pesquisa, 2018)

Nesse sentido, para o público LGBT+ ingressar na universidade é uma quebra da norma. A maioria desses sujeitos buscam no meio acadêmico a superação de todo preconceito que sofreram na sociedade, no seio familiar e durante a Educação Básica, como se fosse uma chance de provar seus valores enquanto seres humanos,

Contudo, o sucesso educacional e o ingresso na universidade para os jovens gays não ocorrem de forma totalmente tranquila: enquanto para os jovens em geral as conquistas educacionais constituem uma evidência de valor profissional e de potencial intelectual, para os jovens gays entrevistados elas perfazem também uma oportunidade de demonstrarem seu valor como seres humanos. Sob o fardo dessa obrigação, o estudo para alguns deles se transforma também no refúgio que os impede de desenvolver outras atividades (GOIS; SOLIVA, 2011, p. 43).

A entrevistada 3, destaca em seu depoimento:

Entrevista 3:[...] eu fiz 2 anos de cursinho e adentrei a universidade em 2011, foi minha 1ª graduação e meu primeiro choque foi justamente ter que passar tudo de novo, ter que enfrentar tudo de novo [...] A parte mais engraçada de entrar na universidade, foi a parte cultural, a cultura nos diz que toda pessoa do sexo masculino que passar no vestibular, tem que raspar a cabeça, a minha família toda esperava por esse momento [...] dava para ver a satisfação de cada membro da família, tirando cada pedaço do meu cabelo [...] foi justamente que eu me impus como mulher transexual, pois minha família acreditava que eu ia deixar de vestir roupas de mulher e de me comportar como mulher[...]
(Relatos da pesquisa, 2018)

No trecho acima, percebe-se uma tentativa de negação da identidade de nossa interlocutora por parte da família. No estado do Pará há uma forte ligação cultural com o momento de aprovação dos/as estudantes no vestibular para ingresso nas universidades, aos homens é designado que raspem seus cabelos. O fato de a família não aceitar a transgeneridade de nossa interlocutora, nos leva a refletir que eliminado os seus traços de feminilidade, os cabelos longos, seria suficiente para que está não assumisse sua identidade enquanto mulher trans.

A entrevistada ressalta também que,

Entrevista 3: Na universidade eu tive uma recepção muito boa por parte da coordenação [...] eu lembro que na universidade, no curso de pedagogia, assim, foi muito engrandecedor, além de me firmar como mulher transexual, foram muitas conquistas.
(Relatos da pesquisa, 2018)

Diante dos fatos, observa-se que esses sujeitos usaram os espaços da universidade que é seu por direito, como meio para (re) afirmar suas identidades, conforme a entrevistada 1 que pauta o espaço da universidade com “*manobra de autoaceitação*” e a entrevistada 3 que aponta sua primeira graduação como essencial para “*firmar sua identidade trans*”. Esses sujeitos permanecem lutando e resistindo, visto que são poucos os que conseguem iniciar e concluir um curso de graduação, nas palavras de Santos (2017, p. 69), “a permanência se configura como um verdadeiro ato de resistência”, se referindo ao fato de que entre os desafios enfrentados pelos LGBT+ para se manter no Nível Superior estão o sentimento de rejeição e exclusão e os atos de preconceito por parte dos colegas e professores.

Contudo, é importante frisar que o espaço universitário não está isento de legitimar as normatizações de gênero, situação apontada por Santos (2017), que em sua pesquisa de conclusão de curso revela que o preconceito dentro das universidades, na maioria das vezes, se dá de forma de forma silenciosa, porém, estas não passam despercebidas aos olhos de quem é o alvo.

Portanto, ao adentrarem a universidade, esses sujeitos transformaram sua inserção como uma forma de militância para empoderar outros sujeitos na luta contra as situações de violência que

a Educação Básica impõe. Enquanto acadêmicos, voltam suas produções científicas para os relatos de suas trajetórias, inserção nos movimentos sociais e na luta contra a invisibilidade das pessoas LGBTQ+ nos mais diversos espaços da sociedade.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Destarte, esse estudo não pretende esgotar as discussões em relação à temática abordada, ao passo em que se compreende que as discussões tecidas em nosso trabalho são reflexões iniciais de um tema amplo e de inúmeras nuances que precisa ser visibilizado dentro dos espaços escolares e acadêmicos.

Os interlocutores de nosso estudo que vivenciaram situações de discriminação ao longo de suas trajetórias estudantis sejam elas veladas ou não, relatam as marcas negativas deixadas ao longo de suas vidas, mostrando a escola como uma instituição que ainda reproduz as normatizações sociais, com a intenção de padronizar corpos masculinos e femininos que se socializam de formas diferentes nesse espaço.

Consideramos que os sujeitos que conseguem em sua trajetória escolar atravessar a violência verbal, omissão e negação de suas identidades, imposição de atividades e currículos heteronormativos, quebram paradigmas ao adentrar os espaços da Universidade. Esse fato é um instrumento de reafirmação que tem sido utilizado nas trajetórias LGBTQ+ como forma de militância, ao passo que denunciam as opressões e omissões vivenciadas por esse público na Educação Básica e Ensino Superior.

Infere-se, a necessidade de se promover espaços formativos (seminários, mesas de debates, fóruns) para que a comunidade escolar esteja atenta ao seu papel enquanto promotora de uma educação sem discriminação, que respeite os indivíduos independente de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, ao mesmo tempo, cabe a reflexão sobre a importância da academia visibilizar produções intelectuais que poderão contribuir para políticas educacionais de combate a homofobia nos espaços escolares.

6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos interlocutores de nosso estudo pela disponibilidade em participar de nossa atividade e pela coragem ao compartilhar conosco suas experiências educativas enquanto LGBTQ+.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?**. Miriam Abramovay; Mary Garcia Castro; Júlio Jacobo Waiselfisz. Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Orgs.). **Homofobia e Educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, EdUNB, 2009. p. 15-46.

BRASIL. **Pluralidade cultural**: orientação sexual. 3. ed. Brasília: MEC, 2001. (Parâmetros Curriculares Nacionais; 10). Disponível em: < portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004. p. 277-303.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos; POCAHY, Fernando Altair. Gênero, sexualidade e juventude (s). **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 124-137, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/civitas/v18n1/1519-6089-civitas-18-01-0124.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

GOIS, João Bôsko Hora; SOLIVA, Thiago Barcelos. A violência contra gays em ambiente escolar. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n.123, p. 38- 45, ago. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13899>. Acesso em: 30 abr. 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/ UNESCO, 2009. p. 12-53.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Espaço do currículo**, v. 2, n. 2, p.208-230, Set/2009 a Mar/2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/4281/3238>. Acesso em: 30 Abr. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

MISKOLCI, Richard. Um corpo estranho na sala de aula. In: Anete Abramowicz; Valter Roberto Silvério (orgs.). **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. 2. ed. Campinas: Papirus, 2010. p. 13-26.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PRADO, Vagner Matias do; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Homofobia e educação sexual na escola: percepções de homossexuais no ensino médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 137-152, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/489/602>. Acesso em: 30 Abr. 2018.

SANTOS, Jailson Batista dos. **Os desafios da permanência de estudantes LGBT na universidade**: uma perspectiva da diversidade sexual no curso de Pedagogia – Educação do Campo. 2017. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2014.

Silêncio da escola em relação à diversidade sexual prejudica a todos. **Aprendizagem Em Foco**, Nº 11, mai. 2016. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/11/>. Acesso em: 30 abr. 2018.

*Submetido em: 02 de julho de 2020.
Aprovado em: 10 de novembro de 2020.*